

Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado^{1 2}

Patrícia Falco Genovez³

O ensaio aborda a imbricada rede familiar que gravitava ao redor dos barões de Juiz de Fora, Santa Helena e S. J. Nepomuceno, principais acionistas do Conselho Diretor da Estrada de Ferro União Mineira (EFUM). A pesquisa utilizou os pressupostos da Análise de Redes Sociais (ARS), da Genealogia e da Prosopografia. Essa opção resultou numa metodologia que permite levantar, visualizar (sociograma) e avaliar os nexos relacionais de um grupo amplo, envolvendo famílias tradicionais da Zona da Mata Mineira.

Palavras-chave: Rede – poder – nobreza

Barons in a reticular point of view: analysis of social networks, power and nobility in the Zona da Mata Mineira in the segundo Reinado

This essay is an approach to the imbricated family network that gravitate around the barons of Juiz de Fora, Santa Helena and S.J. Nepomuceno, which were the main shareholders of the Directing Council of the Railroad *União Mineira* (EFUM). This research started from assumptions of the Social Networks Analysis (SNA), the Genealogy and Prosopography.

¹ Artigo recebido e aprovado para publicação em julho de 2009.

² Este artigo é o resultado do primeiro ano de pesquisa do projeto “Territorialização e redes sociais: as representações cartográficas do Poder e redes mineiras de compadrio no Segundo Reinado”, aprovado e financiado pela FAPEMIG. A coleta de informações contou com a participação da bolsista Mariana Almeida Pina de Campos.

³ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: patricia.genovez@superig.com.br

This ended up in a methodology that allows one to see the social relationships, view in a kind of *sociograma* of this net and even assess the relational nexus of a quite great group, such this one that involved the Zona da Mata Mineira's traditional families.

Keywords: Network – power – nobility

Barons et le point de vie réticulaire: analyse des réseaux sociaux, le pouvoir et la noblesse dans la Zona da Mata Mineira dans le segundo Reinado

Cet essay recherche le réseau familial imbriqué avec et gravitant autour des barons de Juiz de Fora, de Santa Helena et S. J. Nepomuceno, les principaux actionnaires de le Conseil Directeur de le Chemin de Fer *União Mineira* (EFUM). La recherche a utilisé les présuppositions de l'analyse des réseaux sociaux (ARS), la Généalogie et Prosopographie. Cela a abouti à une méthodologie qui permet de soulever, de visualiser (*sociograma*) et d'évaluer les liens relationnels d'un vaste groupe, c'est-à-dire, les familles traditionnelles de la *Zona da Mata Mineira*.

Mots-clés: Réseaux – pouvoir – noblesse

Introdução

O ensaio em questão aborda como objeto de estudo os barões de Juiz de Fora, Santa Helena e São João Nepomuceno, os principais acionistas do Conselho Diretor da Estrada de Ferro União Mineira (EFUM) e a imbricada rede familiar que gravitava ao seu redor. Optamos por uma metodologia alternativa, atrelando pressupostos oriundos da Sociologia Relacional – através da Análise de Redes Sociais (ARS) –, da Genealogia e da Prosopografia. Nossa opção se deve ao fato de que pretendíamos, no momento inicial da pesquisa, não somente o levantamento da estrutura familiar e da inserção social dos grupos de parentesco dos principais acionistas do Conselho Diretor da EFUM, mas objetivávamos, fundamentalmente, uma metodologia que nos possibilitasse visualizar, sob um prisma reticular, as redes familiares e suas complexas relações parentais e de compadrio, através de um sociograma que nos permitisse levantar e avaliar os nexos relacionais de um grupo amplo, envolvendo famílias tradicionais da Zona da Mata Mineira.

A vantagem oriunda desse esforço metodológico encontra-se na possibilidade de se trabalhar um *corpus* documental significativo e de relacioná-lo de forma produtiva, percebendo através dos relatórios e dos sociogramas, emitidos pelo software utilizado (UCINET 6.0), a complexidade das inúmeras relações que uma dada rede social pode apresentar. Além disso, a metodologia de Análise de

Redes pode ser útil na complementação da metodologia da Prosopografia, uma vez que a primeira fornece meios de visualização que a segunda não apresenta e, esta, por sua vez, empresta à Análise de Redes, o suporte conceitual para trabalhar estrategicamente grupos, a partir de biografias conjuntas. Ambos os esforços ainda necessitam de um terceiro elemento, a genealogia que, no caso específico, aponta a intensidade dessas relações e suas intersecções.

A escolha do trio de nobres (Barões de Juiz de Fora, Santa Helena e São João Nepomuceno) se deve ao fato da EFUM congregar fazendeiros e estadistas do Império, num momento específico em que a Zona da Mata Mineira vivenciava o auge da expansão de sua malha ferroviária. Historicamente, essa região identificou-se com o núcleo agroexportador sediado no Rio de Janeiro em virtude da necessidade de exportação do café. De acordo com Anderson Pires, esse núcleo reuniu “condições para formar e reter capitais internamente, constituindo-se na principal região produtora da Província. A Zona da Mata correspondia a 5% do território da província, detinha 20% do total da população mineira e concentrava, no século XIX, a maior população escrava de Minas”.⁴ A formação dessa região e o processo de expansão da cafeicultura, segundo Mônica R. Oliveira, deu-se em função da pré-existência de uma acumulação endógena, proveniente de seu dinâmico mercado interno, diferenciando-se, portanto, do modelo de expansão cafeeiro do Vale do Paraíba Fluminense e Paulista. Todo esse processo de expansão, iniciado nas primeiras décadas do século XIX, fora limitado, até a década de 1860, pela ausência de um sistema viário capaz de escoar a produção. Em 1861, a inauguração da Estrada União e Indústria facilitou o acesso ao porto do Rio de Janeiro e assegurou a expansão e a dinamização do café até a chegada da malha ferroviária.⁵ É, portanto, nesse contexto de eferescência das ferrovias, na década de 1870, que a Zona da Mata abrigou disputas intrarregionais e concessões privilegiadas que envolveram a Estrada de Ferro Leopoldina e a própria EFUM.⁶ De acordo

⁴ Anderson Pires, “Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)”, Dissertação, Niterói, UFF, 1993.

⁵ Mônica R. Oliveira, “Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1870”, IX Seminário sobre Economia Mineira, Diamantina, 2000.

⁶ Peter Blasenhaeim, As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove, *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 2, n. 2, 1996, pp. 89 e 90. De acordo com esse autor, a região da Mata ganhou a concessão de 11 das 25 vias férreas, perfazendo um total de 602 quilômetros de rede, enquanto o restante de Minas possuía 209 quilômetros. Sobre a EFUM ver Relatório do Presidente de Província, 1877. p. 85.

com o Relatório do Presidente de Província, do ano de 1877: “Sob a denominação de União Mineira, formou-se uma companhia para levar-se a efeito a construção da estrada da Serraria ao Espírito Santo do Mar de Hespanha, com um ramal para a cidade do mesmo nome, autorizada pela lei n. 2024 do 1º de Dezembro de 1873, com a garantia de juros de 7% sobre o capital de 3,000:000\$.”⁷

O Conselho Diretor era formado pelo Desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, depois Barão de São João Nepomuceno e por outros sobrenomes de grande importância na Mata Mineira, como os Barões de Juiz de Fora e Santa Helena. Além da ligação com a família Resende, oriunda da cidade de Cataguanas. Sem dúvida, a EFUM congregava a aristocracia cafeeira da Minas e incluía em seu interior um dos principais banqueiros e industriais de Juiz de Fora, o Barão de Santa Helena. Será este grupo, em específico, o nosso foco de análise. Contudo, antes de iniciarmos a análise das redes, propriamente ditas, há que se fazer alguns esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para levantamento dos dados que deram origem à matriz reticular ponto de origem do sociograma com as redes familiares que sustentaram a EFUM.

Prosopografia, Genealogia e Análise de Redes Sociais: desafios metodológicos

Traçar as estratégias de relações sociais e de poder de um grupo exige um esforço que suscita algumas questões importantes: primeiro, o sentido de se trabalhar biografias inseridas num grupo seletivo e, segundo, a melhor forma de estruturar e visualizar tais dados. A pertinência do estudo de biografias coletivas (*prosopography*) teve seu início nos Estados Unidos e na Inglaterra ainda nas décadas de 1920 e 1930 mas, foi o trabalho de Lawrence Stone, em 1971, que situou esse gênero histórico, abrindo novas perspectivas de pesquisa.⁸

Dentro desse panorama prosopográfico, um exercício contemporâneo que merece destaque é a obra de Peter Burke, *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites no século XVII*. A obra é proposta como um ensaio de história social comparada e coloca o desafio aos novos historiadores em tentarem combinar a atenção ao detalhe e o interesse por mudanças ao longo do tempo. Burke nos

⁷ Relatório do Presidente de Província, 1877. p. 85.

⁸ Lawrence Stone, *Prosopography*. *Daedalus*, Winter, 1971.

fornece elementos importantes que nos auxiliam a pensar as noções básicas sobre elite, poder e riqueza.⁹

Outra contribuição de Burke está nas limitações e armadilhas de um estudo envolvendo biografias coletivas. Podemos partir da mesma noção de elite, contextualizando os valores e os significados intrínsecos às noções de poder, riqueza e status, especialmente no que se refere à moeda de troca da monarquia (comendas e títulos nobiliárquicos). Daí a importância de se estudar o Conselho Diretor da EFUM. Contudo, muito embora Burke não tenha se aproximado de uma outra metodologia que permitiria visualizar em melhor estilo as ligações, ramificações e estratégias traçadas entre as elites de Veneza e Amsterdã, consideramos um desafio utilizar, mesmo que de forma introdutória alguns recursos da metodologia de Análise de Redes Sociais que venham auxiliar na confecção de sociogramas.

Para esse exercício inicial, partiremos de um autor clássico e que pode nos oferecer noções básicas. De acordo com Hanneman, a Análise de Redes Sociais se distingue da análise sociológica convencional porque esta última se concentra em atores descritos pelo atributo enquanto a primeira se caracteriza pela descrição dos atores a partir de suas relações.¹⁰ Essas relações, que podem ser de poder e de sentido simbólico variado, têm se tornado objeto cada vez mais frequente nos estudos históricos pautados no campo do cultural e do político. Entretanto, nem a História Política e nem mesmo a História Cultural possuem atributos metodológicos capazes de sistematizar e dar uma melhor visualização das complexas redes que se concretizam historicamente em determinados contextos, sejam eles dentro do Estado ou fora dele, como é o caso do objeto em questão, neste ensaio. Podemos dizer que nem mesmo os estudos prosopográficos fornecem esses elementos, apesar de contribuírem na metodologia de coleta e de sistematização dos dados.

Nesse sentido, o estudo clássico e bastante didático de Hanneman, coloca o analista de redes frente a pessoas imersas em redes de relações diretas com outras pessoas. Do ponto de vista histórico essas redes podem se constituir em redes familiares, políticas, de sociabilidade, de favores, econômicas e outras de acordo

⁹ Peter Burke, *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVI*, São Paulo, Brasiliense, 1991. pp. 18 e 19.

¹⁰ R. A. Hanneman, "Introducción a los métodos del análisis de redes sociales", Disponível no site: <http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textindex.html>, consultado em março de 2005.

com a complexidade social. Em função desta complexidade, Hanneman parte do pressuposto de que “qualquer conjunto de atores pode estar conectado com diferentes tipos de laços e relações”,¹¹ o que facilita o diálogo com as propostas das análises da História Política, da História Cultural e da Prosopografia no que se refere aos seus objetos por excelência: o poder, o rito, a sociabilidade e as relações que envolvam sentido simbólico, cruzando os diversos âmbitos da sociedade e da mentalidade de uma época.

De acordo com os apontamentos de Hanneman, a perspectiva de redes tem contribuído para a compreensão do poder social. A aproximação das redes sociais enfatiza que o poder é inerentemente relacional porque o indivíduo não tem poder abstratamente mas o tem porque pode dominar outros. Portanto, o poder se caracteriza por suas qualidades sistêmicas (macro) e relacional (micro), complementando as noções já postas por Burke.¹² É exatamente essa propriedade de conciliar as perspectivas macro e micro que pode auxiliar os estudos históricos voltados para o poder e suas relações.

As redes sociais podem ser dimensionadas a partir de diferentes estratégias. O método de redes completas, conforme Hanneman, pode reproduzir uma fotografia completa das relações de uma determinada população. O método da “bola de neve” focaliza inicialmente um ator ou conjunto de atores com todas as suas relações e segue buscando as relações de cada um dos atores descritos nas relações anteriores. A rede egocêntrica é um enfoque alternativo e inicia-se com uma seleção dos atores focais para, num segundo momento, identificar os demais atores com os quais estão conectados. Em sua modalidade individual, a rede egocêntrica se concentra mais sobre um indivíduo e não na rede como um todo. Por outro lado, além da estratégia adequada, Hanneman ressalta a importância de uma descrição completa e rigorosa da estrutura das relações de uma rede social, definindo escalas de valores que reflitam o grau de intensidade, e proporcionem uma espécie de ranking das relações a serem analisadas.¹³

Portanto, a opção pela conciliação entre a Prosopografia e a Análise de Redes Sociais pode trazer um novo alento aos estudos históricos, embora saibamos dos limites que ambas as metodologias possuem, especialmente na dificuldade

¹¹ *Idem.*

¹² *Id. Ibidem.* Capítulo VI.

¹³ *Id. Ibidem.* Capítulo I e II.

de obtenção dos dados empíricos e do desafio de visualização do processo histórico de constituição de redes que transmutaram ao longo do tempo. Assim, foram necessárias algumas adequações para iniciar o teste que poderia conciliar as duas áreas de conhecimento: a história e a sociologia relacional. Para um melhor acompanhamento do método adotado na pesquisa, definimos duas etapas: o levantamento prosopográfico e a estruturação da rede que envolveu os principais acionistas do Conselho Diretor da EFUM, formando redes egocêntricas interligadas.

Redes em análise: As redes de sangue e o método da ARS

Traçando um panorama breve sobre o material bibliográfico consultado é possível termos uma ideia dos procedimentos adotados na pesquisa. De um modo geral, a bibliografia utilizada envolveu fontes diversas, tais como: dicionários biográficos, memórias, recortes de jornais, revistas e teses acadêmicas.¹⁴

De um modo geral, a prosopografia exige uma coleta detalhada das informações dos atores em questão. Foram estabelecidos critérios de coleta referentes ao nascimento, morte, casamento, família, origem social, posição econômica, residência, formação educacional, origem da fortuna, ocupação, cargos ocupados, titulação (mercês concedidas pela monarquia) e vínculos com outras famílias. A grande dificuldade foi encontrar nas biografias, dicionários, teses acadêmicas, memórias e relatos de época dados precisos. As lacunas nos levaram a considerar, nesse primeiro momento, a rede como um todo, e não circunscrita ao período em que os acionistas estiveram no Conselho Diretor da EFUM haja vista que suas relações anteriores tiveram um papel fundamental na construção do capital social responsável pelos seus status na sociedade monárquica. Tal fato não afeta a metodologia da pesquisa porque as relações anteriores deram aos Barões o capital necessário e a visibilidade social para futuros empreendimentos e não nos impede de considerar as redes de forma prospectiva, respeitando a interação de valores sociais que emprestaram aos agentes componentes da rede uma margem de negociação junto a outras famílias na sociedade mineira, e mais especificamente, na Zona da Mata.

Portanto, a partir das informações coletadas para o trio de acionistas, estabeleceu-se um leque de relações familiares e de compadrio que, tal como um

¹⁴ Além dos autores já citados, ver Jeffrey D. Needell, *Belle époque Tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

imenso novelo, deu origem a um círculo composto por aproximadamente 200 pessoas. Para cada uma delas, o método exige o mesmo nível de detalhamento. Contudo, o mais significativo do estudo em questão é que esse universo pode nos fornecer, mesmo que de modo indicativo, um panorama das estratégias e atributos que permeavam a formação de inúmeras redes que perpassaram não só a Zona da Mata Mineira e o Conselho Diretor de uma ferrovia, como também pode nos fornecer pistas importantes sobre a margem de negociação imersa numa ampla trama social.

Uma vez de posse dos dados, recorremos, num primeiro momento, à visualização gráfica dos resultados da pesquisa, formando as árvores genealógicas dos Barões de Juiz de Fora, Santa Helena e São João Nepomuceno. Assim, a matriz do programa foi concebida com base nas relações previamente estabelecidas em cada árvore genealógica. Com esse método, foi possível determinar as intensidades das mesmas.

Dessa forma estabelecemos as relações familiares compreendendo: laços consanguíneos entre pais e filhos, avós, bisavós e netos; laços colaterais entre irmãos, primos, tios e sobrinhos; laços por afinidade compreendendo famílias agregadas (sogros, cunhados, enteados); laços por compadrio (relações familiares mais distantes); laços estabelecidos entre cônjuges. Para cada um desses laços foram definidas intensidades específicas, visando a confecção da matriz no UCINET. Assim, os laços consanguíneos ganharam intensidade maior, com valor um (indicando maior proximidade). Os laços colaterais, por afinidade e compadrio, receberam respectivamente os valores: dois, três e quatro. Os laços estabelecidos entre cônjuges receberam o valor intermediário, um e meio.

O software UCINET 6.0, disponibilizado na Internet,¹⁵ é considerado atualmente como sendo um programa de ponta para tratar redes desenvolvidas a partir de um foco determinado, isto é, egocêntricas. Além do UCINET, utilizamos outros dois softwares acoplados a ele: SpreadSheet¹⁶ e NetDraw,¹⁷ também disponíveis na Internet. A escolha pelas informações referentes às questões familiares ocorreu em virtude da amplitude dos dados. Em outras palavras, traçar redes diversas, compreendendo família, relações sociais, políticas e econômicas, inviabilizaria a proposta inicial. Portanto, o recorte fez-se necessário.

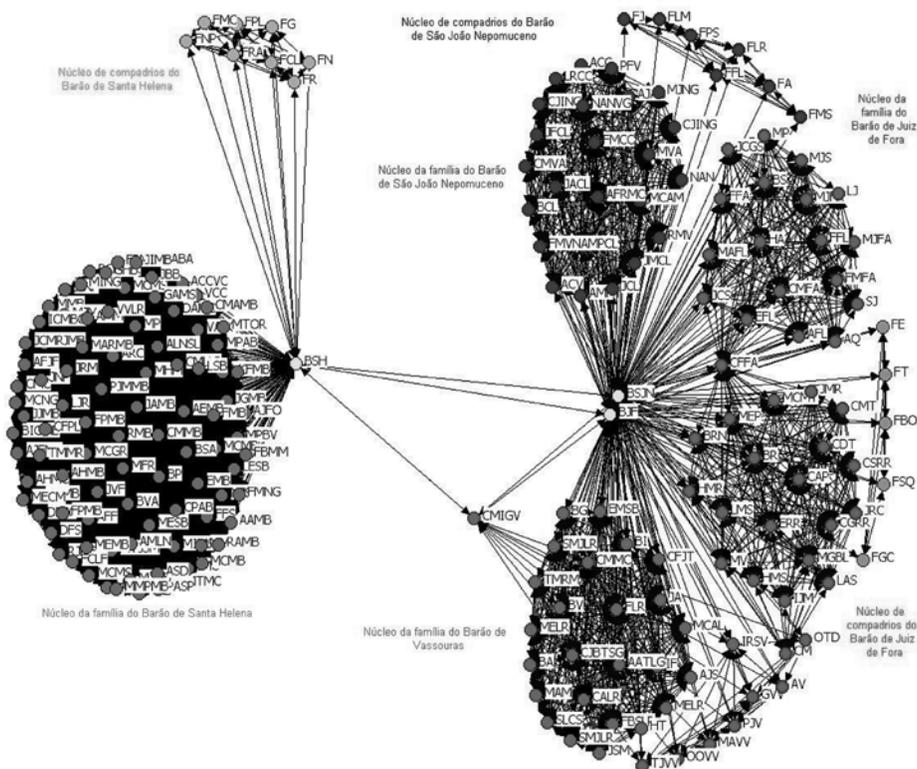
¹⁵ Programa disponível, de forma restrita, no site: <http://www.analytictech.com/downloaduc6.htm>.

¹⁶ Programa disponível no site: http://www.ds.unifi.it/~stefanin/AGR_2001/SH/sssheets.htm

¹⁷ Programa disponível no site: <http://www.analytictech.com/Netdraw/netdraw.htm>

O resultado da matriz do UCINET gerou o Sociograma Rede Familiar dos Principais Acionistas da EFUM, exposto a seguir, compreendendo a rede familiar e de compadrio dos barões de Juiz de Fora, Santa Helena e São João Nepomuceno, descritos em amarelo, os principais acionistas da EFUM.

Sociograma rede familiar dos principais acionistas da EFUM



Fonte: Sociograma produzido a partir da configuração de matriz reticular no software UCINET 6.0.

O Sociograma nos permite visualizar a rede em sua totalidade, e perceber como esse extenso grupo de pessoas, envolvido na trama social, configurou conexões e relações com intensidades diferentes. Somente uma análise das redes individuais nos permitirá uma reflexão mais apurada para, finalmente, esboçarmos algumas considerações mais gerais. Antes, seria importante ressaltar que o sociograma demonstra as várias redes sociais que circundam os três barões: Santa

Helena (BSH), Juiz de Fora (BJF) e São João Nepomuceno (BSJN). As múltiplas setas que se cruzam e apresentam tamanhos variados representam a intensidade da relação entre o barão e seu familiar. Além disso, há algumas redes (compadrio) que aparecem gravitando ao redor dos barões. O aspecto da rede, que a um primeiro olhar pode parecer estranho, revela a complexidade dos dados coletados e a multiplicidade de relações estabelecidas demonstrando como algumas pessoas, especialmente nobres, transitavam pela sociedade monárquica e negociavam status e poder em sua órbita de atuação.

a) *Família e compadrio do Barão de Juiz de Fora, José Ribeiro de Resende*

Na rede do Barão de Juiz de Fora, identificado em amarelo, há relações familiares e de compadrio com seis núcleos distintos: núcleo familiar do próprio Barão,¹⁸ núcleo da família de Camila Francisca Ferreira de Assis¹⁹ – com quem foi casado em segundas núpcias –, núcleo da família do Barão de Vassoura²⁰ – com quem o Barão tem parentesco –, núcleo da família do Comendador Manuel Inácio Gomes Valadão²¹ – com quem o Barão tem laços de compadrio –, núcleo de compadrio

¹⁸ O núcleo familiar do Barão é formado por 21 pessoas. Dentro deste núcleo prevalecem as relações de compadrio. Essa característica indica que este núcleo apresenta relações de interesses sociais e políticos em cada representante das distintas famílias. Sobre esse núcleo ver Salvador de Moya, *Anuário Genealógico Brasileiro*, vol. III, São Paulo, s/ed., 1939, pp. 109, 326, 302 e 522; Salvador de Moya, *Anuário Genealógico Latino*, vol IV, São Paulo, s/ed., 1939. p. 158; Wilson de Lima Bastos, *Mariano Procópio Ferreira Lage. Sua vida, sua obra, descendência, genealogia*, Juiz de Fora, Edições Paraibuna, 1991, p. 33; *Gazeta Comercial* de 23/06/1957; *Jornal do Brasil*, 03/1956; Cid Rabelo Horta, “Famílias Governamentais de Minas Gerais”, II Seminário de Estudos Mineiros, s/ed, Belo Horizonte, 1956.

¹⁹ O segundo núcleo, o da família de Camila Francisca Ferreira de Assis possui 20 pessoas. Dentro deste núcleo prevalecem as relações familiares consanguíneas e colaterais. Ver Wilson de Lima Bastos, *op. cit.*, pp. 111, 146, 186, 187, 209 e 217. Salvador de Moya, *op. cit.*, p. 296.

²⁰ O terceiro núcleo, o do Barão de Vassouras, compreende 26 pessoas. Dentro deste núcleo prevalecem diversas relações familiares, como consanguíneas, colaterais e compadrio. Ver Salvador de Moya. *op. cit.*, vol. III, pp. 532 e 534 e vol. VIII, pp. 49 e p. 84.

²¹ O núcleo seguinte é o do comendador Gomes Valadão, composto por 27 pessoas. Dentro deste núcleo prevalecem as relações familiares consanguíneas, colaterais e de compadrio. Atrélado a este último núcleo, quatro famílias se destacam: FSGH – Família Soares de Gouveia Horta, FXV – Família Xavier da Veiga, FV – Família Vilhena, FAM – Família Almeida Magalhães. Prevalecem as relações de compadrio. Ver Patrícia Falco Genovez, *O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Corte no Segundo Reinado*, Juiz de Fora, CliEdel, 2003, p. 330; Norma Góes Monteiro, *Dicionário biográfico de Minas Gerais* (período republicano 1889-1991), Belo Horizonte, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994, p. 694; Frederico de Barros Brotero, *A família Monteiro de Barros*, São Paulo, s/ed., 1951, pp. 553, 744, 823 e 841; Frederico de Barros Brotero, *Memórias e tradições da família Junqueira*, São Paulo, s/ed., 1957, p. 670; Salvador de Moya. vol. III, pp. 347 e 348.

relacionado ao Comendador Gomes Valadão – cuja relação com o Barão ocorre de forma indireta –, e núcleo de compadrios – com quem o Barão tem uma relação familiar distante. Cada um desses núcleos possui relações internas cujas intensidades seguiram o padrão acima descrito. Cada um dos atores aparece representado por um círculo colorido seguido da abreviatura de seu nome.

Percebe-se, a partir dos elementos expostos, que José Ribeiro de Resende, um dos mais abastados fazendeiros da Zona da Mata mineira, pode configurar-se em um bom exemplo de como as relações familiares abrem as portas para a política e, conseqüentemente, para o poder. Sogro de uma sobrinha de Cândida e de Antônio Dias Tostes, Maria Carlota Mendes, o coronel também se casou nesta família. Dez primos e sua esposa foram vereadores em Juiz de Fora. Além deles, o coronel Resende contou com mais três primos na Câmara, um deles seu cunhado, um irmão e dois filhos vereadores. Seu segundo casamento, com Camilla Ferreira, abriu ainda mais o leque de ligações familiares e políticas, conectando-o ao Comendador Mariano, amigo pessoal do Imperador, e a outros dois primos também vereadores.²² O casamento com Camilla ligou o coronel Resende à família Armond e a outros importantes clãs que desfilavam na política provincial, angariando para sua órbita um importante mercado de arremateamentos composto de vários títulos de nobreza e de comendas, sem contar aqueles oriundos de seu próprio ramo familiar, cujo destaque é o Marques de Valença.²³ Na localidade, o casamento do coronel com a família Tostes consolidou sua aceitação na sociedade em virtude das grandes extensões de terra nas quais veio a tomar forma a cidade de Juiz de Fora. A essa poderosa família, também, uniu-se o engenheiro Comendador Henrique Halfeld, cuja filha se tornou nora de José Ribeiro de Resende. O prestígio dos Resende, garantido pelos títulos, somado à cultura de subsistência em larga escala, exportada para a Corte, foram os capitais necessários para angariar outros baronatos: o próprio Ribeiro de Resende (Barão de Juiz de Fora), seus filhos José Augusto de Resende, 3º Barão de Rio Novo (1889) e Geraldo Augusto, Barão do Retiro (1887).²⁴

²² W. L. Bastos. *op. cit.* As referências genealógicas foram obtidas em: *Jornal Folha Mineira*, 16/08/1956.

²³ J. Needell, *op. cit.*, p. 147: “A família Ribeiro de Resende, com origem na nobreza portuguesa (...), enriqueceu como proprietária de grandes áreas urbanas e rurais nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo grande prestígio na Corte. O patriarca, Marques de Valença, conquistou as graças do imperador(...).”

²⁴ Patrícia Falco Genovez, *op. cit.*, pp. 116-122.

No que se refere às outras ligações que aparecem no sociograma acima, podemos perceber a importância das conexões estabelecidas entre o Barão e os Gomes Valadão. Este último grupo possuía ligações com os Ramos e estabeleceram matrimônio com as famílias Soares de Gouvêa Horta, Teixeira Leite, Almeida Magalhães, Xavier da Veiga e os Vilhena, ligando importantes áreas do centro da província, ao sul, na Zona da Mata e Campos Vertentes.²⁵ A família Ramos, cujas bases se encontravam no centro da província, tinha seus troncos em Baeependi, através de José Ildefonso de Souza Ramos, 1º Barão das Três Barras (1867) e depois 2º Visconde de Jaguari (1872). Através do Visconde de Jaguari, o clã Ramos, se ligou aos Gomes Valadão e tinha fortes laços de amizade com Carneiro Leão. Francisco de Paula Ramos Horta também contava com uma boa base de sustentação na Zona da Mata, através de seu casamento com uma das filhas do Visconde de Congonhas do Campo – Lucas Antônio Monteiro de Barros – cuja parentela tinha grandes extensões de terra em Leopoldina e Mar de Espanha, com ligações matrimoniais com os Viriato Catão, Nogueira Penido, Vidal Leite Ribeiro, Miranda Ribeiro, relações de compadrio com os Nogueira da Gama e de amizade com o Marquês de Paranaguá.²⁶

Atrelando-se ao grupo Valadão, encontram-se os Soares de Gouvêa Horta, os Xavier da Veiga, os Vilhena e os Almeida Magalhães. Na família Gouvêa Horta, um importante clã mineiro, com ramificações entre os Dias de Gouvêa e os Horta, destacam-se alguns membros que tiveram inserção tanto na política quanto na nobiliarquia: José Feliciano Dias de Gouvêa, Cavaleiro da Ordem da Rosa (1855); Antônio Dias de Gouvêa, Cavaleiro da Ordem da Rosa (1856); e, José Dias de Gouvêa, 2º Barão de Alfenas (1882). Do clã Gouvêa Horta podemos citar: Luiz Soares de Gouvêa Horta, Cavaleiro da Ordem da Rosa (1854) e atuante na política provincial na década de 1850; Emílio Soares de Gouvêa Horta Júnior, atuou na Assembleia Provincial, em três ocasiões, na década de 1860; e, Felisberto Soares de Gouvêa Horta, Cavaleiro da Ordem da Rosa (1881). A atuação de Teixeira de

²⁵ Alfredo Valladão, *Campanha da Princesa*, vol. I a IV, S/l, Leuzinger S/A, 1937. pp. 138-146; Monteiro, vol. II, 1994, p. 694.

²⁶ Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, vol. VI, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893. vol. IV, p. 89; Salvador de Moya, *op. cit.*, vol. III, p. 118 e vol. IV, p. 95; Alfredo Valladão. *op. cit.*, p. 146; Heitor Moniz, *No tempo da Monarquia*, Rio de Janeiro, Nacional, 1929, p. 219; Frederico de Barros Brotero, *op. cit.*, p. 528; José Pedro Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras. op. cit.*, (edição de 1897), vol. IV, p. 272. Arquivo Nacional – Códice 14, vol. 9: 80.

Gouvêa se vinculava ao Sul e à Zona da Mata mineira, onde vários de seus parentes foram agraciados no período da Conciliação e nas décadas seguintes.²⁷

Quanto à família Veiga, era bastante extensa e, além disso, fez uma migração partidária com importante repercussão para a região sul da Província. Depois da morte do irmão Evaristo Xavier da Veiga todo o clã redefiniu sua posição partidária, seguindo o movimento iniciado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, de quem era bem chegado. Aliás, essa família contou com muitos nomes na política, além de Bernardo e Evaristo, Francisco Luiz da Veiga, José Joaquim Ferreira da Veiga, José Pedro Xavier da Veiga e outro Evaristo, filho do Tenente-coronel Joaquim Lourenço Xavier da Veiga; todos conseguiram alcançar postos na política provincial e nacional. Outros dois parentes, Francisco Xavier da Veiga e João Pedro da Veiga, embora tenham se destacado enquanto notabilidades locais, não galgaram os postos provinciais. Um breve olhar sobre a atuação desta família no âmbito político pode dar um panorama do prestígio que gozavam na região. José Joaquim Ferreira da Veiga teve uma trajetória política de âmbito provincial que abrangeu o final da década de 1840 até o meio da década de 1850. José Joaquim foi eleito deputado provincial nos anos de 1848, 1850, 1852 e 1854.²⁸ Evaristo Ferreira da Veiga, assim como seu irmão Francisco, iniciou sua trajetória em Pouso Alegre, como Juiz Municipal e de Órfãos até sua eleição para a Assembleia Geral em 1861, 1864 e 1869, carreira coroada pela nomeação ao Senado em 1887. Antes de ocupar a cadeira vitalícia do Senado, foi nomeado Presidente de Sergipe nos anos de 1868 e 1869.²⁹

O advogado e magistrado Francisco Luiz da Veiga atuou na política provincial em 1876 e na Assembleia Geral em 1877. Por casamento, ligou-se a outro clã de políticos: o de Maximiano Augusto de Barros Cobra (deputado provincial em 1862) e de José Inácio Barros Cobra Júnior, deputado provincial em 1866 e geral de 1869 a 1886.³⁰ José Pedro Xavier da Veiga, assim como os irmãos Francisco e Evaristo, seguiu a carreira política, atuando ao nível provincial, ao longo da década de 1870: 1872, 1874, 1876, 1878 e 1882. Entre os irmãos Veiga, atuantes na política provincial, foi o único a receber uma comenda, a de Cavaleiro da Ordem da Rosa (1881). Através do matrimônio, ligou-se à família de outro grande polí-

²⁷ Patrícia Falco Genovez, *op. cit.*, p. 320.

²⁸ José Pedro Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras. op. cit.*; Patrícia Falco Genovez, *op. cit.*, p. 326.

²⁹ José Pedro Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras. op. cit.*, vol I, pp. 288-293.

³⁰ José Pedro Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras. op. cit.*, Norma Góis Monteiro, *op. cit.*, vol II, p. 705; Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, *op. cit.*, vol. VII, p. 34.

tico mineiro, Francisco Teixeira do Amaral, nove vezes eleito deputado provincial: 1854, 1856, 1862, 1864, 1866, 1868, 1876, 1878 e 1880. O Coronel e advogado Francisco foi um político atuante em Ouro Preto, sua cidade natal, onde exercia o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia, transitando em várias outras irmandades e confrarias da localidade. Considerado um liberal moderadíssimo, ocupou vários cargos. Foi condecorado com as comendas de Cavaleiro (1855) e de Comendador (1881) da Ordem da Rosa. Além da ligação com o clã dos Veiga, outras ligações importantes foram sendo consubstanciadas com casamentos em outras famílias influentes: Monteiro de Barros e Miranda Ribeiro. Sobre esses dois clãs nos deteremos mais adiante; por enquanto, basta ter a noção de que, do primeiro, podemos relacionar quinze nomes entre políticos e agraciados com comendas e títulos e, do segundo, outros quatro nomes de peso, cujas ligações com outras famílias se estendem por várias partes da província.³¹

Outra trajetória vitoriosa foi a de João Honório de Magalhães Gomes, constituída na década de 1850, em meio a Gabinetes conservadores e, depois, da Conciliação. Com uma ampla parentela em São João Del Rei, foi outra família que se rendeu ao brilho das Comendas, o que garantiu a João Honório o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa (1854). Em 1881, ano em que os liberais já estavam de volta ao poder, desde o gabinete de 5 de janeiro de 1878, Domingos e Custódio de Magalhães Gomes receberam a Comenda de Oficial da Ordem da Rosa (1881). Em outros troncos da família, como os Souza Magalhães, Antônio Teixeira de Souza Magalhães recebeu os títulos de Oficial da Ordem da Rosa (1887) e de 3º Barão de Camargos (1888), logo após ter passado pela Vice-Presidência da Província de Minas. As ligações da família Almeida Magalhães estenderam os domínios e o prestígio político pela Zona da Mata, através do matrimônio com os Resende Monteiro. Além disso, o Coronel Custódio de Almeida Magalhães era genro de Carlos Batista Machado, atuante na Assembleia Provincial em três legislaturas. Vários outros nomes dos clãs Magalhães foram agraciados.³²

³¹ Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake. *op. cit.*, vol. V, p. 121-122; José Pedro Xavier da Veiga, *Efemérides mineiras. op. cit.*, vol. III, p. 269-272; Arquivo Nacional, Cód. 14, vol. 9: 36-37; Frederico de Barros Brotero. *op. cit.*, pp. 448-986.

³² Arquivo Nacional, Cód. 14, vol. 19: 36-37; Cônego Raimundo Trindade, *Velhos troncos ouro-pretanos*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1951, p. 104; Jacinto Guimarães e Coriolano Pinto Ribeiro, *Dona Joaquina do Pompéu*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956. p. 264; Armando Vidal Leite Ribeiro, *A família Vidal Leite Ribeiro – Genealogia – Reminiscências*, São Paulo, Sul Americana, 1960, pp. 40-82.

b) Família e compadrio do Barão de Santa Helena, José Joaquim Monteiro da Silva

Num outro formato de agregação familiar, os dados referentes ao Barão de Santa Helena, José Joaquim Monteiro da Silva, revelaram uma estrutura semelhante a um novelo, mostrando a força dos casamentos consanguíneos e o poderio da família Monteiro, desenhando uma rede entre os Monteiro de Barros, Monteiro da Silva e Monteiro de Castro, conforme sociograma, transcrito acima.³³

Esse núcleo foi composto levando-se em consideração os parentescos mais próximos, configurando um grupo de cerca de 86 pessoas. Ao seu redor gravitavam alguns importantes compadrios e laços familiares mais distantes. Dentre os quais podemos destacar: o Marquês de Paranaguá, Viriato Catão, José Inácio Nogueira Penido, as famílias Leite Ribeiro, Nogueira da Gama, Monteiro de Miranda Ribeiro, Cerqueira Leite, Ribeiro de Assis, Paula Lima, Galvão, Manso da Costa, Reis e Negreiros. Em outras palavras, o núcleo de parentesco e compadrio do Barão de Santa Helena, envolvia famílias renomadas tanto na província de Minas quanto do Rio de Janeiro; e, reunia grandes fortunas, imensa quantidade de terras, escravos e lavouras de café. Para além das atividades econômicas e do poderio exercido na região da Mata Mineira e do Vale do Paraíba Fluminense, esta rede familiar nos permite aquilatar a importância dos títulos nobiliárquicos e o quanto os mesmos se configuraram em importantes moedas de troca. Eles, de fato, angariaram significativas uniões familiares que viessem somar status, reconhecimento e poder ao sobrenome Monteiro e primos, conforme veremos nos exemplos expostos abaixo.

Um dos pilares dos Monteiro de Barros, como se percebe pelos atributos veiculados a cada nó da rede, era o Visconde com Grandeza de Congonhas do Campo (Lucas Antônio Monteiro de Barros), tio-avô do Barão de Santa Helena. O Visconde era filho do Guarda-Mor das Minas de Ouro Preto, Manoel José

³³ Sobre esse núcleo ver, especialmente, Frederico de Barros Brotero, *op. cit.*, pp. 39, 47, 66, 72, 98, 200, 273, 407, 491 986-1003. Salvador de Moya, *op. cit.*, vol. I, p. 172; José Pedro Xavier da Veiga, *Efemérides mineiras, op. cit.*, (edição de 1998), vol. 3 e 4, p. 557. Salvador de Moya, *op. cit.*, vol. III, p. 234; Armando Vidal Leite Ribeiro, *op. cit.*, p. 288; Cônego Raimundo Trindade, *op. cit.*, vol. I, p. 296; José Pedro Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras, op. cit.*, (edição de 1897), vol. IV, p. 356; Arquivo Nacional, Fundo Ministério do Império, Código 0 O, Códice 14, vol. 9, p. 71 verso; Códice 14, vol. 19; Códice 14, vol. 8, p. 36 verso; Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, *op. cit.*, vol. I, p. 115; José Pedro Xavier da Veiga, *op. cit.*, vol. III, p. 413; vol. IV, pp. 13 e 214. Patrícia Falco Genovez, *op. cit.*, pp. 280-285; <http://www.fammonteirodebarros.com.sapo.pt>, consulta feita entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008.

Monteiro de Barros, português, proprietário de grande sesmaria em São João Del Rei e de Margarida Eufrásia Cunha e Matos. Lucas Antônio Monteiro de Barros já havia sido agraciado pelo Primeiro Imperador nos anos de 1825 e de 1826, mas alcançou o restrito círculo dos Grandes do Império com o agraciamento de D. Pedro II, em 2 de junho de 1841, recebendo logo em seguida, no ano de 1842, a Comenda de Cavaleiro da Rosa. Amigo do Marquês de Paranaguá, o Visconde de Congonhas do Campo constituiu uma grande família e seus filhos e filhas vincularam os Monteiro a Antônio Carlos Carneiro Viriato Catão, José Inácio Nogueira Penido, Antônio Vidal Leite Ribeiro e José Cesário de Miranda Ribeiro; além de laços de compadrio com Manoel Inácio Nogueira da Gama.³⁴ É importante ressaltar que os Nogueira da Gama possuíam grandes extensões de terras que iam do Vale Paraíba Fluminense à Zona da Mata Mineira, com as concessões feitas a José Inácio Nogueira da Gama (17 sesmarias) e Manoel Jacinto Nogueira da Gama (12 léguas de terras).³⁵

O Visconde de Congonhas do Campo era irmão do Barão de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros. Coronel da Guarda Nacional e Cavaleiro da Ordem de Cristo, Romualdo fez parte da política mineira desde o Governo Provisório no ano de 1822, vindo compor o governo desta mesma província em 1825, 1829 e 1833. O título de barão foi recebido em pleno período da Conciliação, em 2 de dezembro de 1854, depois de exercido o cargo de Presidente da Província de Minas por pouco mais de um mês, em 10 de junho de 1850. No início do século XIX, junto com os irmãos, Romualdo fundou a primeira fábrica de barras ferro nas proximidades de Congonhas. Além de dedicado à extração de uma riquíssima lavra de minério, o futuro Barão conquistou várias fazendas ao longo de dez léguas da margem direita do Rio Paraopeba, compreendendo a região de Congonhas, Queluz e Belo Vale: as fazendas da Goiabeira, do Vieiro, do Santo Antônio, do Figueiredo, da Forquilha, do Gentio, da Grota, Boa Esperança, além de outras propriedades menores em Frutal e Leopoldina e mais oito fazendas em São Gonçalo do Sapucaí. Romualdo casou-se com D. Francisca Cândida Leocádia, da conceituada família Fonseca e faleceu em 1856, deixando um espólio de aproximadamente 280 contos de réis em bens.³⁶

³⁴ Frederico de Barros Brotero, *op. cit.*, pp. 66, 72, 98, 200 e 407. Salvador de Moya, *op. cit.*, vol. I, p. 172.

³⁵ Mônica R. Oliveira, *op. cit.*, p. 259.

³⁶ José Pedro Xavier da Veiga, *Efemérides mineiras*, *op. cit.*, (edição de 1998), vol. 3 e 4, p. 557. Salvador de Moya, *op. cit.*, vol. III, p. 234. Frederico de Barros Brotero, *op. cit.*, p. 273, 986-003.

O Capitão Manoel José Monteiro de Barros, irmão do Visconde e do Barão, e também nascido em Congonhas, era Comendador da Ordem de Cristo e deputado provincial em 1840. Exerceu importantes cargos na província antes de consolidar sua carreira política: Deputado da Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais, Administrador Geral de todas as filiais do Banco do Brasil em 1829, Deputado Suplente no Conselho Geral entre os anos de 1828 e 1829 e Deputado Efetivo nos anos de 1830 a 1833. O Capitão, como os irmãos, também tinha lavras de ouro e combinava essa atividade com a administração de seus extensos latifúndios. Através de seu casamento com Inês de Castro Galvão de São Martinho, ligou-se aos Galvão, aos Manso da Costa, aos Reis e aos Negreiros. Aliás, essa última ligação familiar foi intensificada com o casamento de seu filho, o Tenente-Coronel Antônio Augusto Monteiro de Barros Galvão de São Martinho com Maria Nazaré Negreiros Saião Lobato, irmã dos Viscondes de Niterói e de Sabará, filhos do Senador mineiro Dr. João Evangelista de Faria Lobato.³⁷

Outro irmão, Marco Antônio Monteiro de Barros, sacerdote, exerceu importantes cargos em Minas: em 1803, foi Promotor do Juízo Eclesiástico na Vara de Vila Rica em substituição ao irmão José Gualberto Monteiro de Barros, promovido ao cargo de Procurador da Mitra. Marco Antônio chegou ao Senado (1826). Assim como os irmãos, faleceu na década de 50. Essa década teve a participação política de outro membro da família: Inácio Gabriel, que se tornou Dignatário da Ordem da Rosa (1842). Antônio José, foi deputado geral em 1843, 1850 e 1857, tendo iniciado sua carreira na Assembleia Provincial em 1840. Nessa mesma época, Miguel Eugênio figurava na Assembleia Provincial, nos anos de 1854 e 1856, sendo logo precedido por José Augusto, Cavaleiro da Ordem de Cristo (1855), eleito em 1858. Toda essa movimentação política ganhou reforço com José Joaquim Ferreira Monteiro de Barros, deputado provincial nos anos 1852 a 1856, assumindo a suplência na Assembleia Geral em 1857. Cavaleiro da Ordem da Rosa (1855) e casado com a filha de José Cesário de Miranda Ribeiro, José Joaquim estreitou os laços entre essas duas importantes famílias da Mata mineira. Na década de 1870, Ildefonso Monteiro de Barros, foi agraciado com a Ordem da Rosa (1877). Outro titulado que também contribuiu para engrandecer a titulação da família é Luiz de Souza Monteiro de Barros, Barão de Monteiro de Barros

³⁷ Frederico de Barros Brotero, *op. cit.*, pp. 565 e 573.

(1883).³⁸ A geração posterior dos Monteiro de Barros, como se percebe, deu continuidade à representatividade política da família e à política de agradecimentos.

Antônio Augusto, filho do Visconde de Congonhas do Campo, foi Deputado (1826) e Senador (1838), falecendo três anos depois. Antes, exerceu importantes cargos na magistratura. Seu currículo invejável fez diferença no momento da escolha senatorial e, em 1838, conseguiu a preferência do Governo Regencial, deixando para trás Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí), José Cesário de Miranda Ribeiro e Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté). Ligou-se, matrimonialmente, primeiro, à importante família de comerciantes da praça do Rio de Janeiro, Antônio José da Cruz Rangel; e, em segundas núpcias, à família Carneiro de Campos, da freguesia de Santana. Genro do Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Antônio Augusto conectou seus interesses a uma família que já possuía tradição no comércio baiano, na figura de José Carneiro de Campos, tornando-se cunhado do 1º Visconde de Caravelas.³⁹

Lucas Antônio Monteiro de Barros Neto, filho de Antônio Augusto, foi agraciado como Comendador das Ordens da Rosa e de Cristo, recebeu o título de Barão de Santa Alda (1886) e ocupou o importante cargo de Moço Fidalgo da Casa Imperial. Órfão muito cedo, foi criado pelo avô e passou a mocidade em Petrópolis, retornando para a Zona da Mata depois de adulto para administrar a Fazenda de Santa Alda; casou-se com a prima Alda Eugênia Monteiro de Barros, neta materna de Luiz de Souza Breves. Seus filhos: José Luiz casou-se com Antonieta Alves Banho, filha do médico e político de São João Del Rei, Galdino Alves Banho; e, Carlos Augusto casou-se com a filha de um importante fazendeiro em Mar de Espanha, José Caetano Machado Braga.⁴⁰

O Barão de Santa Helena, tal como os grandes vultos políticos da família, também exerceu importante papel na Zona da Mata, especialmente em Juiz de Fora quando, em 1860, compôs a Câmara de Vereadores. Na localidade, o Barão possuía parentesco com nomes influentes na política, como os de Romualdo César

³⁸ Armando Vidal Leite Ribeiro, *op. cit.*, p. 288. Cônego Raimundo Trindade, *op. cit.*, vol. I, p. 296. José Pedro Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras, op. cit.*, (edição de 1897), vol. IV, p. 356. Arquivo Nacional, Fundo Ministério do Império, Código 0 O, Códice 14, vol. 9, p. 71 verso; Códice 14, vol. 19; Códice 14, vol. 8. p. 36 verso. Frederico de Barros Brotero, *op. cit.*, p. 491.

³⁹ Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, vol. VI, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, vol. I, p. 115. Frederico de Barros Brotero, *op. cit.*, pp. 39 e 47. José Pedro Xavier da Veiga, *op. cit.*, vol. III, p. 413, vol. IV, pp. 13 e 214.

⁴⁰ Frederico de Barros Brotero, *op. cit.*, p. 202 e 203.

Monteiro de Miranda Ribeiro, Germano Antônio Monteiro da Silva, Matheus Herculano Monteiro da Silva, José Joaquim Monteiro da Silva, José Bernardino de Barros, Gabriel Horácio de Barros, Feliciano Pinto Monteiro e Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros e se ligava a várias famílias, dentre as quais os Nogueira Penido, Cerqueira Leite, Ribeiro de Assis e Paula Lima (descendentes de Ayres Gomes).⁴¹ Só a título de exemplo do poderio que essas ligações representavam a nível local, o Comendador Francisco de Paula Lima, já expressava seu interesse pela questão do transporte da região da Mata Mineira quando, em 1866, ao falecer, possuía 31.000\$000 em ações da Companhia União Mineira, além dos 195 escravos e 468 mil pés de café.⁴²

Nos espaços de agregação da elite local como, por exemplo, os empreendimentos bancários, novamente encontramos o Barão de Santa Helena. As diretorias dos dois primeiros bancos que se estabeleceram no município de Juiz de Fora reuniram nomes já conhecidos politicamente e outros que dispunham de grande destaque seja no ramo industrial, comercial ou de produção cafeeira. Entre os acionistas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., em 1889, encontramos os fazendeiros: Barão de Monte Mário, Barão de Santa Helena, Prudente Augusto de Resende, Francisco Eugênio de Resende, Espiridião R. de Oliveira, José S. Valente Vieira, João Pimentel Barbosa; os comerciantes: Joaquim R. de Oliveira e Francisco Batista de Oliveira; os industriais: Azarias José de Andrade (também médico) e Bento Xavier (também comerciante)⁴³.

Como se pode perceber, o clã dos Monteiro de Barros conseguiu aliar titulações e prestígio político, juntamente, com cargos administrativos, ligando a Zona da Mata às principais famílias do Centro e do Sul da província de Minas, além de aumentar seu poderio, através de ligações matrimoniais com importantes famílias do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia⁴⁴. Essa região, ocupada mais tarde, acabou

⁴¹ Frederico de Barros Brotero, *op. cit.*, p. 203.

⁴² Mônica R. Oliveira, *op. cit.*, p. 271.

⁴³ Anderson Pires, *Emergência do sistema financeiro na economia agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1920)*, Locus, vol. 1, n. 1, 1995, p. 30. Ver também Domingos Giroletti. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*, Juiz de Fora, EDUFJF, 1987, pp. 85 e 89.

⁴⁴ De acordo com João Fragoso essa estratégia ocorreu no século XVII. Ver João Fragoso. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)". In: João Fragoso, Maria Fernanda B. Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (orgs), *Bases da Materialidade e da governabilidade no Império: uma leitura do Brasil colonial*, Penélope, Lisboa, 2000.

congregando interesses para além da cultura de subsistência e gerando grandes fortunas com o café. Nesse contexto, interessava pouco ter cores partidárias tão nítidas e a palavra de ordem era moderação. A política de titulação e de prestígio estabeleceu-se como importante estratégia para a manutenção do poder exercido tanto na localidade quanto na província. Os infindáveis laços de sangue dos Monteiro abriram as portas das famílias mais influentes e abastadas de Minas assim como contribuiu para abrir portas políticas, de rotas mercantis e até de bancos.

*c) Família e compadrio do Barão de João Nepomuceno,
Pedro Alcântara de Cerqueira Leite*

Em um formato também distinto, a rede do Barão de São João Nepomuceno, composta por vinte e cinco pessoas, possui outras sete ligações com outras famílias importantes de Minas e da Zona da Mata, conforme sociograma transcrito acima.

O futuro Barão de São João Nepomuceno tinha importantes relações familiares e contava com uma parentela respeitável na Zona da Mata e Vertentes⁴⁵, compreendendo os Gama Cerqueira, os Pinto de Cerqueira e os Cerqueira Vale, dentre outros⁴⁶. Filho de um abastado fazendeiro de Barbacena e irmão do Conselheiro do Supremo Tribunal Francisco de Paula Cerqueira Leite, Pedro de Alcântara ocupou cargos importantes na magistratura mineira, sofrendo alguns reveses em função da Revolução de 1842. A recuperação de sua carreira jurídica, com a nomeação para Desembargador da Relação de Pernambuco se deu em 1854, numa demonstração considerável, por parte dos conservadores, amainando os ânimos mais radicais da Zona da Mata⁴⁷. Em 26 de junho de 1864, o Desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite foi nomeado Presidente da Província de Minas Gerais. Nascido na Rocinha da Negra, às margens do Parai-buna, em Matias Barbosa, o liberal Cerqueira Leite foi representante de Minas na

⁴⁵ Sobre esse núcleo ver: Salvador de Moya, *op. cit.*, vol III, pp. 310-495; Patricia Falco Genovez, *op. cit.*, pp. 129-145; site <http://www.jbcultura.com.br/>, consultado entre novembro de 2007 a fevereiro de 2008.

⁴⁶ Núcleos familiares de compadrio do Barão de São João Nepomuceno: FJ – Família Junqueira; FMS – Família Magalhães Sales; FA – Família Arantes; FLM – Família Leite Magalhães; FPS – Família Pinto Silva; FLR – Família Leite Ribeiro; FFL – Família Ferreira Leite.

⁴⁷ José Pedro Xavier da Veiga, *op. cit.*, vol II, pp. 177-180. José Procópio Filho, Salvo erro ou omissão. Gente juizforana, Juiz de Fora, Edição do Autor, 1979, p. 174. Salvador de Moya, *op. cit.*, vol. III, p. 396. Victor Silveira (org.), Minas Gerais em 1825, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 407.

bancada da Câmara dos Deputados desde 1838 e agraciado com o título de Barão de São João Nepomuceno (1881).

O Barão de São João Nepomuceno era genro de Manoel do Vale Amado, pioneiro na região da Zona da Mata. Manuel do Valle Amado era português e casou-se, em segunda núpcias, com Maria Córdula de Abreu e Melo, quarta neta de Fernão Dias Paes. Vale Amado recebeu grandes concessões de terras na Zona da Mata, algo em torno de 19 sesmarias, além das concessões destinadas a seus irmãos.⁴⁸ Participou da fundação de Barbacena e era coronel do Regimento Auxiliar do Rio das Mortes, mantendo sob o seu comando toda a região situada na direção da Estrada da Fazenda de São Mateus, local onde tinha sua fazenda na então Vila de Santo Antônio do Paraibuna, próximo a São João Del Rei⁴⁹. Um de seus filhos, seu homônimo, tornou-se presidente da Câmara de Juiz de Fora na legislatura de 1857 a 1861.

Nessa família percebemos a importância do casamento e, por conseguinte, do dote. Após o falecimento de Valle Amado, sua filha mais nova, Francisca, casada com Inácio Nogueira da Gama, comprou a fazenda São Mateus com o dote ganho no casamento e tornou-se, mais tarde, Baronesa de São Mateus⁵⁰. Esse ramo familiar reuniu os Valle Amado, os Cerqueira Leite e os Nogueira da Gama. Foi a essa influência econômica e política que o Barão de São João Nepomuceno uniu-se ao casar-se com uma parenta. O próprio Barão também fez parte da Câmara Municipal de Juiz de Fora e chegou à presidência da província de Minas Gerais. Outros parentes de Vale Amado e do Barão também foram vereadores como José Maria Cerqueira Valle, José Calmon Nogueira da Gama e João Marciano de Cerqueira Leite. Dois de seus sobrinhos foram figuras proeminentes no Império, Nicolau Nogueira da Gama, Barão de Nogueira da Gama, foi mordomo da Casa Imperial (1868), o mais alto cargo da hierarquia do Paço e Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama conquistou o título de Conde de Baependi. O Visconde de Nogueira da Gama, quando ainda exercia o cargo de Camarista do Imperador, presidiu também o Cassino Fluminense, cujo acesso era considerado “(...) um título de sociabilidade. (...) Ali se formavam e se desfaziam amizades, se intriga-

⁴⁸ Mônica R. Oliveira, *op. cit.*, p. 258.

⁴⁹ Pedro Calmon, *História de Minas e “Memórias” de Nogueira da Gama*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

⁵⁰ *Idem*, p. 33.

vam políticas, se ensaiavam namoros e se assentavam casamentos”.⁵¹ A filha do Visconde casou-se com o Conde de Penamacor.⁵² Tal como nos casos anteriores, poder político e brilho dos baronatos formam o capital social deste grupo, além do poder econômico oriundo da escravidão e da produção agrícola.

Considerações Finais

De forma breve e conclusiva, é perceptível na historiografia mineira, referente ao século XIX, que a Zona da Mata foi uma área privilegiada em termos de investimentos ferroviários em função do potencial cafeeiro que apresentava.⁵³ As redes ferroviárias escoavam a produção cafeeira e serviram para ligar importantes regiões da província, como o Centro e o Sul. A supremacia da Mata na conquista de uma ampla malha ferroviária teve início com a concretização da Estrada de Ferro Leopoldina⁵⁴. Em meio ao estabelecimento da Leopoldina, outra Estrada de Ferro, a União Mineira, se estabeleceu de modo bastante singular para o momento vivenciado na região: abarcava um considerável capital dos principais fazendeiros da área compreendida entre Juiz de Fora e Cataguases. O estudo sobre as relações familiares dos Barões de Juiz de Fora de Santa Helena e de São João Nepomuceno apenas indicam um padrão de relacionamento entre o centro e a periferia do Império que pode e deve ser mais pesquisado, levando-se em consideração a complexa rede familiar que, muito provavelmente, interligava outros grupos familiares da Zona da Mata.

As redes expostas demonstram as estruturas do poder local uma vez que se constituem em importantes estratégias de manutenção do prestígio e dos interesses de algumas personagens locais que se destacaram. Esse destaque sempre se estabeleceu em sintonia com o poder central, ultrapassando as fronteiras provinciais e regionais e permitiu, em certo sentido, tornar mais pálidas as desavenças partidárias existentes.

A estratégia posta na configuração das redes trabalhadas evoca um cálculo que leva em consideração não só o aspecto econômico, mas para além dele, os laços que garantiram o status e o poder local, seja através de ligações parentais

⁵¹ Heitor Lyra, *História de D. Pedro II*, vol. I, II e III. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977. p. 31.

⁵² *Idem*.

⁵³ Peter L. Blasenhaeim, *op. cit.*, pp. 87-90.

⁵⁴ Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, *op. cit.*, p. 317.

colaterais com a política local, como no caso do Barão de Juiz de Fora. Aliás, neste caso, pode-se dizer que a rede se deu no sentido de garantir não só o poder mas construiu a legitimidade deste coronel local por meio dos compadrios e dos vários títulos de nobreza que foram sendo angariados para o grupo. Os casamentos garantiram amerceamentos, posições na Câmara Municipal e relações com outras famílias que já atuavam no nível político regional e provincial. A rede de quase cem pessoas reunia advogados, políticos, fazendeiros, magistrados, nobres e vários outros cargos do poder legislativo que garantiram a circulação de informações e de posição social para um determinado grupo.

Pode-se indicar que a estratégia da rede social do Barão de Santa Helena se deu de forma distinta. Verificou-se núcleos de compadrio, mas as relações colaterais reforçaram os laços entre os primos Monteiro, Monteiro de Barros, Monteiro de Castro e Monteiro da Silva. A estratégia garantiu à família o status da mais titulada da região e concedeu poder ao sobrenome que abriu as portas da política local, regional, provincial e nacional, relacionando-os aos vários gabinetes ministeriais. Os laços de compadrio perceptíveis diversificaram a atuação dos Monteiro e abriram a perspectiva de um mercado de negociação nobiliárquica intraelites em Minas. Neste espaço de negociação, somente as famílias abastadas e tituladas ingressaram no quadro seletivo onde figuraram os Monteiro. Esse quadro, aliás, foi tecido desde o Visconde de Congonhas do Campo, tio-avô do Barão de Santa Helena, nosso principal foco de análise neste ensaio.

Num outro formato, a rede social do Barão de São João Nepomuceno permitiu a formação de um leque de opções para se compor uma estratégia de ligação entre o local e o centro do Império. A ligação com uma família nobre influente na Corte e os laços de compadrio fizeram com que a rede ganhasse flexibilidade espacial e garantisse o poder em várias frentes, assim como titulações. Como neste caso e nos demais citados, as redes sociais indicaram várias dinâmicas desde a manutenção do poder econômico, da ascensão e do mando político até a do brilho das titulações.

A integração das metodologias propostas no ensaio nos deu elementos para pensar além dos rótulos de parentela extensa ou de família patriarcal uma vez que o sociograma demonstrou que, por detrás destas categorizações, encontram-se estratégias distintas de organização da estrutura familiar e do poder local. Em cada um dos grupos encontramos desenhos distintos variando a intensidade des-

tinada às uniões endógenas e/ou misturando casamentos com outras famílias. Portanto, falar de poder tanto político quanto econômico ou, em certa medida, falar do exercício de poder das notabilidades locais envolve um cálculo muito mais apurado e profundo que requer um esforço em direção ao vislumbre das relações estabelecidas entre os notáveis e suas extensas redes de sangue e de compadrio, que demandavam uma contínua negociação envolvendo o centro e as várias áreas periféricas do Império. Em outras palavras, pensar o poder no século XIX exige pensá-lo não de forma pontual, a partir de pessoas, mas, fundamentalmente, a partir das relações que o circunscreve, que lhe empresta sentido e corpo. Ao apresentarmos o trio de acionista de uma estrada de ferro estivemos congregando um emaranhado de mais de 200 pessoas, algumas delas já nem eram vivas no momento da inauguração da EFUM, mas estavam presentes através do capital social que angariaram através de seus feitos, títulos, cargos ocupados e reconhecimento social. Foi esse somatório que emprestou ao trio de acionistas o lugar social privilegiado para percorrerem a sociedade da Zona da Mata e se estabelecerem de maneira diferenciada mediante seus pares no nível local, regional, provincial e nacional.